



Ulysses teve que encerrar a sessão uma hora e meia antes do previsto

Somente 45 foram à sessão da Assembléia

A sessão de ontem da Assembléia Constituinte foi a mais fraca realizada até agora, desde a sua instalação no domingo. O presidente da Casa, Ulysses Guimarães, foi obrigado a encerrar a reunião uma hora e meia antes do horário previsto, por falta de oradores inscritos para falar. Ao serem abertos os trabalhos, a lista de frequência registrava a presença de 309 constituintes no prédio do Congresso, mas apenas 45 estavam no local.

O funcionamento da Constituinte já começa a seguir o mesmo ritmo verificado durante os trabalhos legislativos da Câmara e do Senado, quando os parlamentares se ausentavam de Brasília já às quartas-feiras à noite. A sessão de ontem que deveria durar, segundo as normas provisórias, quatro horas, foi encerrada com apenas duas horas e meia de reunião.

Prazos

Até o dia 24 deste mês, os constituintes vão concentrar os seus trabalhos na elaboração do regimento interno da Casa. O prazo para a apresentação de

emendas ao projeto de regimento vai até a quinta-feira da próxima semana. Após esta data, o relator da proposta, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), terá cinco dias para entregar à Mesa o seu relatório, o que deverá ocorrer até o dia 17 às 15 horas. A discussão da matéria vai ocupar sete sessões, culminando com a sua votação no dia 24.

Ulysses Guimarães lembrou, logo após dar por iniciados os trabalhos de ontem, que as sessões serão realizadas de segunda à sexta-feira das 14 às 18 horas. Nas duas primeiras horas da reunião, cada constituinte poderá usar a palavra, por cinco minutos, sem apartes, desde que haja se inscrito com antecedência. Esse período será reservado para rápidas comunicações. A terceira hora será destinada aos líderes pelo critério de proporcionalidade das bancadas partidárias, respeitando o mínimo de três minutos por partido. As emendas ao projeto de regimento interno deverão ser fechadas na última hora das sessões.

Norma provisória não impedirá voto secreto

Mesmo sob normas provisórias, a Constituinte poderá ter votações secretas, se necessário. Os constituintes poderão encaminhar ao presidente da República, por intermédio do presidente da Assembléia, requerimentos de informações e os líderes poderão distribuir o «horário de liderança» entre seus líderes.

Esse foram os resultados das votações dos «destaques» requeridos para alguns pontos das normas provisórias e que marcaram uma primeira derrota, em plenário, da liderança do PMDB. Foram aprovados apenas dois «destaques», rejeitado um — o que visava a impedir votações secretas — e considerado prejudicado um último, por tratar desse mesmo assunto.

José Genoino (PT-SP) e Haroldo Lima (PC do B-BA) não queriam a votação secreta, cuja possibilidade foi prevista, segundo o relator, por se ter simplesmente transcrito o que dizem os regimentos da Câmara e do Senado.

Burocracia enfatia novos constituintes

Um período burocrático, mas necessário. Assim alguns parlamentares definem o tempo em que, no Congresso, as atenções estarão voltadas para a elaboração do regimento interno da Constituinte. Ontem, a véspera de fim de semana, um número menor de deputados e senadores compareceu às duas sessões do dia, em que um dos temas mais polêmicos foi a extinção do jeton, proposta pelo deputado peemedebista Maurilio Ferreira Lima (PE).

«Nesse primeiro instante, a sensação é de inutilidade», afirma a deputada Benedita da Silva (PT-SP), acrescentando que, para ela, isso se deve ao fato de não ter sido possível ainda a discussão dos grandes temas de interesse nacional. Esse ponto de vista é

endossado pelo deputado Augusto Carvalho (PCB-DF), para quem a Constituinte precisa «deslanchar» a partir da próxima semana, sob o risco de ficar desmoralizada perante a opinião pública.

Tanto Benedita da Silva como Augusto Carvalho posicionaram-se a favorável à extinção do jeton, com a consequente adoção de um salário fixo «decente» para os parlamentares, que passariam com isso a pagar Imposto de Renda. A mesma posição tem a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), que entende que, até agora, a Constituinte só mostrou «uma certa competência» na aprovação, quinta-feira, do texto das normas provisórias que a regerão até a aprovação do Regimento Interno.

A deputada Cristina Tavares é outra que apoia o fim do jeton. Ela, no entanto, está ansiosa mesmo é pelo início dos debates em torno dos assuntos de interesse nacional, como a questão da dívida externa, mandato presidencial, reforma agrária e extinção do decreto-lei. O aclaramento das discussões, porém, só ocorrerá a partir do dia 23, data prevista para a votação do regimento interno da Constituinte.

Malandro

O deputado ou senador recebe para ser malandro, pois o plenário é o último lugar em que se trabalha, durante a elaboração de uma Constituição, ressalta o deputado Maurilio Ferreira Lima, justificando a sua proposta de extinção do jeton.

O deputado pernambucano explica que, em uma Constituinte, os locais prioritários de trabalho são as comissões e bibliotecas.

Arquivo

PRESENTE CONSTITUCIONAL

Ganhe um lindo tonel de carvalho europeu na compra de 6 garrafas do famoso MALTE BARRILETE, o único Whisky de puro malte produzido no Brasil.

Distribuidor exclusivo

SHI/Sul QI 11 bl. K Lojas 45/22

Tel. 248.4332 — 248.4117



MALT HOUSE

Roland M. Sierra
Especial para o JBr

PFL tenta impedir monopólio do PMDB



Lideranças do PFL na Câmara e no Senado estão se mobilizando no sentido de que o partido venha a apresentar a sua própria proposta de Regimento Interno da Constituinte, como contribuição para o documento final que terá que ser aprovado até o próximo dia 24. Um grupo de parlamentares pefelistas se reuniu, ontem, a portas fechadas e em clima de mistério, para a elaboração de um esboço que deverá ser levado em seguida à bancada, para discussão. Os liberais concentraram os trabalhos de ontem no exame da proposta de regimento preparada pelo PMDB e para isso se valeram do «auxílio técnico» do subchefe do Gabinete Civil para assuntos parlamentares, Antônio Hargreaves.

Apesar do clima de sigilo, sabe-se que o objetivo do PFL é o de procurar «aperfeiçoar» o texto do esboço.

Ainda hoje, o líder na Câmara, deputado José

preparado pelo PMDB, de modo que aquele partido não seja beneficiado.

Entre as «incoerências técnicas» apontadas ontem pelos pefelistas está a ausência

do critério de proporcionalidade para eleição da Mesa da Constituinte, o que poderá, supostamente, fazer com que o PMDB se

prevaleça de seu peso congres

gressual para monopolizar os trabalhos, elegendo praticamente todos os membros.

Ainda hoje, o líder na

Câmara, deputado José

PDT já tem sugestões para regimento

O PDT já tem prontas 16 emendas ao anteprojeto de Regimento Interno da Constituinte, algumas das quais altera, em profundidade, a estrutura de funcionamento da Assembléia. Uma delas amplia de cinco para 16 o número de comissões a serem constituídas para a elaboração da nova Carta. Outra aumenta de cinco para 22 o número de integrantes da Mesa dirigente da Assembléia: um presidente, cinco vice-presidentes e 16 se-cretários.

O que o PDT pretende, com a ampliação do número de comissões, é assegurar uma participação mais efetiva de todos os constituintes no processo de elaboração da nova Carta. Os parlamentares pedetistas mais envolvidos com a questão do regimento entendem que as cinco comissões previstas no ateprojeto diluiriam muito a atuação dos parlamentares, reduzindo as oportunidades de contribuições pessoais, porque cada comissão ficaria com mais de 100 integrantes.

As comissões propostas pelo PDT seriam as seguintes: Sistema de Governo, Poder Executivo e Poder

Maciel alerta para debate dispersivo

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, afirmou ontem que os constituintes, especialmente as lideranças e dirigentes da Câmara e Senado, devem ter atuação firme no sentido de evitar que a Assembléia se transforme em «pinga-fogo», um horário do expediente destinado a pequenas comunicações e que os parlamentares sempre usaram para tratar dos assuntos mais diversos.

Marco Maciel alertou para o risco de se incluir no regimento interno definitivo da Constituinte normas que acabem por desviar a

atenção da Constituinte.

Defensor, desde o início, do

funcionamento da Câmara, e

Senado paralelamente ao da

Constituinte, Maciel teme que o plenário da Assembléia se transforme em «pinga-fogo».

um horário do

expediente destinado a

pequenas comunicações e

que os parlamentares sempre

usaram para tratar dos

assuntos mais diversos.

O ministro disse, ao

mesmo tempo, que não

estava fazendo restrições ao

trabalho dos constituintes,

pois, na sua opinião, eles

estão cumprindo bem» essa

fase preliminar.

Lourenço (que ontem estava

na Bahia), deve se reunir com

alguns deputados para acer-

tar os detalhes para con-

vocação da bancada, após a

finalização do esboço que es-

tá sendo preparado pelo

senador Marcondez Gadelha

(PB) e que será levado depois

à discussão, podendo ser

parcial ou totalmente mu-

dados. As lideranças pefeli-

tas pretendem, com isso, não

apenas marcar a posição do

partido como também aten-

der ao anseio de «novatos»

(eleitos em 15 de novembro),

que estariam se sentindo, na

definição de um deputado reeleito, «estagnados» de

vida à falta de participação

nas discussões até agora

ocorridas. Pretendem tam-

bém, com isso, pôr um freio

na ânsia das chamadas «as

radicais» que estariam dis-

postas a dar à Constituinte

poderes acima daqueles que

elos pretendem dar os setores

conservadores.

São Paulo — «Temos que ultrapassar as cascas de banana que estão sendo jogadas no nosso caminho pelos que por desconhecimento ou falta de informação querem desestabilizar a ordem institucional e jurídica vigentes», afirmou ontem o deputado federal Guilherme Afif Domingos (PL-SP), referindo-se à proposta do deputado Mauricio Ferreira Lima (PMDB-PE) de a atual Constituinte promover alterações na atual Constituição por resoluções constitucionais, tese que desagrada a boa parte do novo Congresso e o próprio Palácio do Planalto. Afif localiza no PCB e no PC do B essa tentativa com influência em setores do PMDB e tendo «o PT como assistente discreto».

«Hoje se tem ou se procura ter uma imagem de que a Assembléa Nacional Constituinte é um poder totalmente soberano, quando na verdade ela é o para escrever a nova Constituição, com o apoio da maioria absoluta de seus membros, que entrarão em vigor na data de sua promulgação», disse o parlamentar paulista, acrescentando:

«Enquanto isso não acontece, vigora a atual Carta, porque até mesmo foi dela que saiu a convocação da Constituinte e por ela o Brasil continua sendo administrado pelos Três Poderes constituídos. Portanto, o Congresso continua com suas funções constitucionais de emendas por maioria de dois terços. Querer atribuir à Assembléa Constituinte poderes para governar transitoriamente o país significa desordenar a estrutura vigente e a fazer isto criar um clima favorável para os dois extremos — a direita e a esquerda».

Segundo Afif, o PL aguarda com rapidez a decisão do Supremo Tribunal Federal diante da consulta partidária para esclarecer os limites da soberania da Assembléa Constituinte. E entende ele que sente uma «falta de declaração de firmeza de posições, da parte das lideranças do PMDB, na defesa da ordem constitucional vigente». A seu ver, o Congresso ordinário deve trabalhar, sempre que necessário, em regime de urgência para discutir e votar matérias de alta relevância, como decretos-leis do Executivo (o próprio prazo não superior a 72 horas para essa apreciação).

Álvaro Valle pede definição sobre poderes

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Moreira Alves, encaminhou ontem ao procurador-geral da República, José Paulo Sepulveda Pertence, a consulta partidária para esclarecer os limites de soberania da Assembléa Constituinte. E entende ele que sente uma «falta de declaração de firmeza de posições, da parte das lideranças do PMDB, na defesa da ordem constitucional vigente». A seu ver, o Congresso ordinário deve trabalhar, sempre que necessário, em regime de urgência para discutir e votar matérias de alta relevância, como decretos-leis do Executivo (o próprio prazo não superior a 72 horas para essa apreciação).

A consulta de Álvaro Valle tem como objetivo fazer com que o poder Judiciário se manifeste sobre os seguintes pontos: se a Constituição de 1967 está em vigor; e se a Constituinte poderá promulgar textos parciais da futura Carta, antes da redação final; ou ainda se ela pode promulgar atos constitucionais que confrontem com a constituição em vigor e com as leis vigentes.

Por se tratar do mérito da questão, Moreira Alves não se manifestou sobre o assunto. Limitou-se a remeter o caso ao procurador-geral José Paulo Sepulveda Pertence. Este, por sua vez, afirma que a Assembléa Nacional Constituinte tem poderes apenas para interpretar a Constituição, mas não para reformar o seu texto. Para Sepulveda Pertence, a interpretação pode ser feita pela Constituinte nos assuntos que dizem respeito ao seu próprio andamento.

Jovem assustou mas não queria fazer confusão

Após ter provocado um verdadeiro tumulto no encerramento da sessão da Constituinte de quinta-feira à noite, o jovem Joany Santos de Souza, de 24 anos, disse ontem que não tinha intenção de agredir o deputado Ulysses Guimarães, mas apenas manifestar-se contra o modo como os trabalhos da Constituinte estão sendo conduzidos.

Joany Santos de Souza pulou mais de 3 metros de altura, da galeria para o plenário, onde tentou alcançar a mesa da presidência para fazer uso dos microfones, mas acabou sendo detido pelos seguranças e encaminhado à 2ª Delegacia de Polícia da Asa Norte.